

REALISMO RACIAL

possui bases científicas?

Emily Kauane de Oliveira Tormes¹

Instituição: Escola Estadual de Ensino Médio Ruy Barbosa

Modalidade: Relato de Pesquisa

Eixo Temático: Ciências da Natureza e suas Tecnologias

Introdução

O problema ao definir o “realismo racial” está no peso da adjetivação: muitas vezes concentra-se mais em aviltar o termo do que em explicá-lo. A forma mais eficaz, em um exame dialético, é utilizar o termo como os próprios defensores o empregam, analisar minuciosamente os fatos e, ao final, aplicar a síntese — que pode favorecer tanto o grupo defensor quanto o grupo antagônico.

Os defensores do realismo racial o descrevem como a “teoria” de que existem diferenças biológicas relevantes entre as chamadas as raças humanas, diferenças que influenciariam características físicas e até mentais.

O objetivo desse trabalho é investigar se o realismo racial se mostra verdadeiro na realidade, pois pode haver corrupção científica, adulterando termos para se encaixar em narrativas ideológicas.

Procedimentos Metodológico

A metodologia é baseada em uma abordagem qualitativa, utilizando um método dialético de análise. O objetivo principal é investigar a validade do conceito de "realismo racial" por meio de um confronto direto entre a definição proposta por seus defensores e as evidências científicas e históricas disponíveis.

¹ Estudante de ensino médio emilytormes2007@gmail.com.



O procedimento de pesquisa é estruturado em três etapas principais: Definição do Conceito (Tese), Confronto com Evidências (Antítese), Análise Científica e Análise Histórica e Intelectual

Resultados e Discussões

A ciência contemporânea, entretanto, sustenta que os seres humanos apresentam variação genética muito pequena para justificar a noção de raças biológicas. Estima-se que cerca de 85 a 90% da diversidade genética ocorra dentro de cada população, entretanto, não entre populações. Em outras palavras, dois indivíduos africanos podem ser geneticamente mais distintos entre si do que um africano e um europeu. Como sintetiza Renan Santos ¹ – escritor do Brasil de Fato- “Para falar em raças biológicas é preciso haver uma diferença genética significativa entre grupos dentro de uma mesma espécie. Nem tão grande que impeça o cruzamento entre eles, e nem tão pequena que não cause grandes diferenças físicas”.

Às vezes, a comparação com o chimpanzé é usada de forma enganosa. É verdade que humanos e chimpanzés compartilham cerca de 98–99% de seu DNA, e ainda assim são espécies distintas. Porém, a diferença não é meramente percentual: o que importa é *onde* estão essas variações e como elas afetam o desenvolvimento. A pequena diferença entre espécies não pode ser usada como paralelo direto para populações humanas, já que estas não apresentam isolamento reprodutivo nem diferenças funcionais suficientes para configurar raças biológicas.

Em biologia, a definição de espécie está ligada à fertilidade: Se duas populações podem se reproduzir entre si e gerar descendentes férteis, pertencem à mesma espécie. Já a noção de subespécie, menos formal, refere-se a populações isoladas geograficamente que apresentam diferenças físicas, mas ainda pertencem à mesma espécie.

O termo “raça”, por sua vez, tem outra origem: no campo da zootecnia, designa variedades de animais domesticados, desenvolvidas por seleção artificial — cães de diferentes portes, cavalos de distintas pelagens etc. No caso humano, essa noção foi transposta de forma equivocada. O que chamamos de “raças humanas” não são raças no sentido biológico, mas **populações** com pequenas variações genéticas moldadas por fatores geográficos, históricos e sociais.

A definição moderna fala que as populações e raças não são a mesma coisa, mas a grande questão é: o termo “raça” é frequentemente usado para referir-se a grupos populacionais (como dito no parágrafo anterior); essa distinção forçada de raça versus população é oriunda de uma restrição da UNESCO feita em 1950 ²- uma declaração assinada por vinte um acadêmicos, com a justificativa de “Abandonar completamente o termo raça e, em vez disso, falar grupos étnicos”. E este é o cerne da discussão, apesar de conceito ser pejorativo, em seus genes não é insultuoso, ele é um sinônimo-em certo nível- de população. Em suma, o

ser humano ser uma espécie, não impede logicamente de existir raças/populações humanas, pois podem ser usadas de maneira cognatas.

Assim, quando afirma “somos a raça humana”, a expressão é incorreta no plano biológico, mas válida no plano social e metafórico, funcionando como um ideal universalista de igualdade. O termo correto para designar nossa condição biológica é **espécie** (*Homo sapiens*). Em suma, negros, caucasianos, asiáticos e demais grupos são populações humanas. Aliás, de todos filis é extremamente improvável – se não impossível – de que o ser humano seja o único sem subdivisões

Carl von Linné (Lineu)

O naturalista sueco Carl von Linné, ou Lineu, criou um sistema de classificação para as espécies, ainda usado até hoje. Em sua obra *Systema Naturae* (1735), ele aplicou esse mesmo sistema aos humanos, dividindo a humanidade em quatro variedades: *Homo europaeus*, *Homo asiaticus*, *Homo americanus* e *Homo afer*. Ao descrever cada categoria, Lineu misturou ciência com preconceitos da sua época. Por exemplo, ele descreveu os europeus como engenhosos, mas os africanos como preguiçosos. Embora Lineu não tenha criado hierarquias raciais de forma explícita, seu trabalho serviu como base para a ideia de que os grupos humanos poderiam ser classificados como espécies naturais. Esse conceito inicial foi essencial para o desenvolvimento de ideologias posteriores que usaram classificações biológicas para justificar a desigualdade entre os povos.

O caminho evolutivo das espécies, pensado inicialmente dentro da tradição de Lineu, pode ser compreendido a partir da geografia de isolamento e das pressões diferenciadas do ambiente. Para ele, a classificação dos seres vivos não era apenas uma questão de nomeação, mas revelava a profunda relação entre o meio geográfico e as variações adaptativas, onde cada população, submetida a um território específico, respondia de modo distinto às exigências naturais

Charles Darwin

Esse raciocínio foi levado adiante por Charles Darwin, que aprofundou a discussão ao relacionar tais diferenças ao processo da seleção natural, destacando ainda a importância da seleção sexual e social. O biólogo revolucionou a ciência com a teoria da evolução por seleção natural. Em seu livro *A Descendência do Homem* (1871)³, ele introduziu o conceito de seleção sexual, onde certas características se perpetuam por aumentarem a atração entre parceiros, e não necessariamente por favorecerem a sobrevivência.

Embora Darwin não tenha criado uma teoria racial hierárquica, ele deixou espaço para interpretações ao dizer que os diferentes grupos humanos teriam se desenvolvido de



maneiras distintas. Pensadores do chamado darwinismo social se apropriaram de suas ideias, usando-as como uma base na esquematização das diferentes raças.

Para Darwin, os indivíduos não competiam apenas pela sobrevivência, mas também pelo prestígio, atração e reprodução, gerando variações comportamentais e fisiológicas que, ao longo do tempo, moldavam tanto corpos quanto hierarquias sociais.

Arthur de Gobineau

Já Arthur de Gobineau⁴, ao deslocar a análise para o campo da diferença cognitiva e cultural, sustentava que os povos divergiam em trabalho da memória, intuição moral e capacidade intelectual. O diplomata francês, foi um dos mais influentes teóricos do século XIX. Em sua obra *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas* (1853–1855)⁵, ele defendeu que o sucesso ou a queda de uma civilização dependia da qualidade de suas raças. Para Gobineau, a raça ariana/branca era a mais superior, e a miscigenação (mistura de raças) era a causa do declínio das sociedades, pois enfraquecia a "pureza racial".

Gobineau criou uma hierarquia rígida entre as raças humanas, lançando as bases do que seria conhecido como **racismo científico**. Seu pensamento influenciou fortemente nacionalistas europeus e, no século XX, foi reinterpretado para apoiar ideologias totalitárias. Ele deu ao realismo racial a ideia de que as desigualdades sociais têm uma raiz biológica e inevitável. Vale lembrar que, Arthur de Gobineau não pode ser considerado racista por ele ser uma figura tridimensional, ao mesmo tempo que defendia a eugenia ele era contra a escravidão. Aliás, quando se admite que há várias raças e seus vários modos de pensar, terá que haver uma manutenção nessas raças e não subjugações.

A ênfase aqui não recaía apenas na adaptação biológica, mas nas supostas desigualdades entre civilizações, o que revelaria — em sua perspectiva — como o elemento espiritual e mental também se diferenciaria entre grupos humanos.

Madison Grant

O advogado americano Madison Grant foi um ativista do movimento eugenista. Em seu livro *The Passing of the Great Race* (1916), ele defendeu que a grandeza da civilização ocidental vinha da raça nórdica e que a imigração e a miscigenação a estavam ameaçando. Grant propôs políticas severas para preservar a "pureza" dos nórdicos, como a restrição à imigração e a segregação racial. Suas ideias foram cruciais para a criação de leis de imigração nos Estados Unidos na década de 1920 e também influenciaram Adolf Hitler, que o considerava uma inspiração. Grant, portanto, representa a transição entre as teorias raciais intelectuais e a aplicação prática em políticas de Estado, transformando especulações pseudocientíficas em programas concretos de exclusão e hierarquização racial.



Por fim, Madison Grant incorporou a dimensão da morfologia física às teorias raciais, sublinhando variações no formato e volume craniano, tonalidade da pele, fraturas e proporções faciais, assim como na textura e intensidade dos cabelos. Para ele, tais marcadores corporais não eram meramente anatômicos, mas serviam como indicadores de distinção entre “raças” e potenciais evolutivos distintos.

Conclusão

Em parte, o realismo racial apresenta algumas teses que podem ser consideradas válidas; entretanto, como se trata de uma teoria antiga, a ciência contemporânea se sobressai em diversos pontos. Nota-se também que existem disputas ideológicas em ambos os lados: de um lado, o realismo racial, historicamente associado a teorias de cunho colonialista e até neonazista; de outro, a ciência moderna, que muitas vezes recorre a estratégias de eufemismo ou de redefinição de termos. Em suma, a ciência deve ser neutra, tanto ao definir superioridade e inferioridade, quanto na análise de realidades empíricas que não condizem com as políticas atuais sociais e ideológicas.

Referências

¹ SANTOS, Renan. Coluna Ciências- É correto falar em raças humanas ?. Brasil de Fato, 28/11/2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/28/coluna-ciencias-or-e-correto-falar-em-racas-humanas/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

² A QUESTÃO RACIAL. In: Declaração sobre a questão da raça. UNESCO, 1950.

³ DARWIN, Charles. A descendência do homem. Londres: John Murray, 1871.

⁴ ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Arthur de Gobineau, 22 ago. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Arthur-de-Gobineau>. Acesso em: 22 ago. 2025.

⁵ GOBINEAU, Arthur de. Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas. Paris: Edição eletrônica de Pierre Belfond, 1967.